

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E SOCIABILIDADE: UM ENFOQUE A PARTIR DOS IDOSOS E SUA MOBILIDADE EM ITUIUTABA (MG)

LUCAS ALVES PEREIRA

Mestre e doutorando em Geografia
Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia¹
lapereira.geo@gmail.com

CARLOS ROBERTO LOBODA

Doutor em Geografia, professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal²
loboda@ufu.br

RESUMO: A cidade contemporânea apresenta desigualdade e desequilíbrio significativos de espaços públicos voltados para a sociabilidade e convívio. A problemática da dinâmica urbana na dimensão pública se mostra ainda mais grave se levada em consideração a pessoa idosa e suas especificidades. Assim, propomos como objetivo de trabalho analisar a possibilidade de idosos se apropriarem das áreas verdes urbanas (AVU) e os Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) em Ituiutaba. O percurso metodológico do trabalho esteve fundamentado em pesquisa documental e articulação dos conceitos orientadores; utilização de base prévia encontrada em Pereira (2019); tratamento dos dados dos setores censitários, encadeamento e discussão da análise pautada na produção do espaço e a distribuição de AVU e CRAS, além da abrangência pautada na mobilidade. Mediante a nossa abordagem, foi possível evidenciar uma forte centralização dos espaços públicos analisados, tendo como fundamento a produção do espaço urbano anterior à década de 1990.

Palavras-chave: áreas verdes urbanas; centro de referência e assistência social; idosos.

THE APPROPRIATION OF PUBLIC SPACE AND SOCIABILITY: AN APPROACH FROM THE ELDERLY AND THEIR MOBILITY IN ITUIUTABA (MG)

ABSTRACT: The contemporary city presents inequality and significant imbalance in public spaces aimed at sociability and conviviality. The problem of urban dynamics in the public dimension is even more serious if the elderly person and their specificities are considered. Thus, we propose, with the objective of work, to analyze the possibility of the elderly to appropriate the urban green areas (AVU) and the Reference and Social Assistance Center (CRAS) in Ituiutaba. The methodological path of the work took place through documentary research and articulation of the guiding concepts; use of previous basis found in Pereira (2019); treatment of data from the census sectors and chaining and discussion of the analysis based on the production of space and the distribution of AVU and CRAS and the scope based on mobility. Through our approach, it was possible to show a strong centralization of the public spaces addressed, based on the production of urban space prior to the 1990s.

Keyword: urban green areas; center of reference and social assistance; seniors.

LA APROPIACIÓN DEL ESPACIO PÚBLICO Y LA SOCIABILIDAD: UN ENFOQUE BASADO EN LOS ANCIANOS Y SU MOVILIDAD EN ITUIUTABA (MG)

RESUMEN: La ciudad contemporánea presenta desigualdad y un desequilibrio significativo en los espacios públicos destinados a la sociabilidad y la convivencia. El problema de la dinámica urbana en la dimensión pública es aún más grave si se tiene en cuenta a las personas mayores y sus especificidades. Por lo tanto, proponemos, con el objetivo de trabajar, analizar la posibilidad de que las personas mayores se apropien de las áreas verdes urbanas (AVU) y del Centro de Referencia y Asistencia Social (CRAS) en Ituiutaba. La ruta metodológica del trabajo tuvo lugar a través de la investigación documental y la articulación de los conceptos rectores; uso de bases anteriores encontradas en Pereira (2019); tratamiento de datos de los sectores censales y encadenamiento y discusión del análisis basado en la producción de espacio y la distribución de AVU y CRAS y el alcance basado en la movilidad. A través de nuestro enfoque, fue posible mostrar una fuerte centralización de los espacios públicos abordados, basada en la producción de espacios urbanos antes de la década de 1990.

Palabras clave: Áreas verdes urbanas; Centro de Referencia y Asistencia Social; Ancianos.

¹ Endereço para correspondência: Bloco IH - Avenida João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica. CEP: 38400-902 - Uberlândia, MG - Brasil.

² Endereço para correspondência: Rua Vinte, 1660 - Tupã. CEP: 38304-403 - Ituiutaba, MG - Brasil.

Introdução

A cidade, como a manifestação do processo de urbanização, possui um conteúdo social que lhe dá forma. Tendo a contemporaneidade como recorte analítico, o capitalismo, em seu estágio avançado, influencia sobremaneira o tecido urbano. Ressaltamos que não evocamos este modo de produção como sujeito, com autonomia referente às ações, mas a partir de orientações capitalistas que seus agentes apresentam, estes, os sujeitos do processo de produção do espaço. Neste sentido, não se trata de uma simples organização dos objetos no espaço urbano, mas sim de uma produção social destes objetos e suas respectivas localizações, conferindo uma dinâmica marcada pelo viés econômico, guardando assim todas as contradições que permeiam o processo.

Entendemos, a partir de Lefebvre (1999) e Santos (2014b), que a cidade segue em um constante movimento, tendo como motor a própria sociedade e o sempre contínuo reordenamento espacial de suas atividades, em um constante jogo de permanências e sobreposições. Fazem parte da condução deste percurso os agentes produtores do espaço, que são representados pelos tipos ideais: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORREA, 2014). Desta forma, a cidade é produzida a partir da consonância das ações, da sinergia e dos conflitos entre os agentes citados, direcionando a reestruturação urbana a partir de contradições que têm como origem o desequilíbrio e a desigualdade.

Uma, senão a maior das contradições, é advinda da relação entre público e privado, se acentuando significativamente ao longo do último século, em se tratando dos países do sul global, que experienciaram diferentemente a modernidade e o processo de industrialização. Assim, traçar uma evolução linear do espaço público dentro do contexto diferenciado da dinâmica urbana, se comparado aos países do norte, lamentavelmente incorrerá em distorções da realidade.

Como palco das contradições, a dimensão pública do espaço contém a escala material da produção do espaço, especificamente o lugar, como materialização da desigualdade. Se realizando na medida em que recebe ordens hegemônicas da escala global, o lugar se apresenta como campo das possibilidades que diferencia os impactos mediados pela cidade (LEFEBVRE, 1999). Para tanto, a análise do lugar, ou dos lugares, é fundamental para que se identifiquem as práticas socioespaciais. Essa constante articulação escalar entre global, cidade e lugar tende à busca da apreensão da totalidade, ainda que oportunizada pelo contexto do pesquisador. Assim, apresenta uma leitura de mundo com base teórica e empírica parcelar, mas necessária.

Entendendo que o lugar contém (entre outras coisas) um espaço-tempo que lhe dá função, sendo impossível sua dissociação com a forma, que integrará uma estrutura espacial dentro de um processo espaço temporal, nos propomos à abordagem de parte do processo de produção do espaço urbano mediante o tratamento de duas formas especificamente públicas, sendo: Áreas Verdes Urbanas (AVU) e o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), considerando a possibilidade de apropriação a partir da mobilidade na cidade de Ituiutaba (MG).

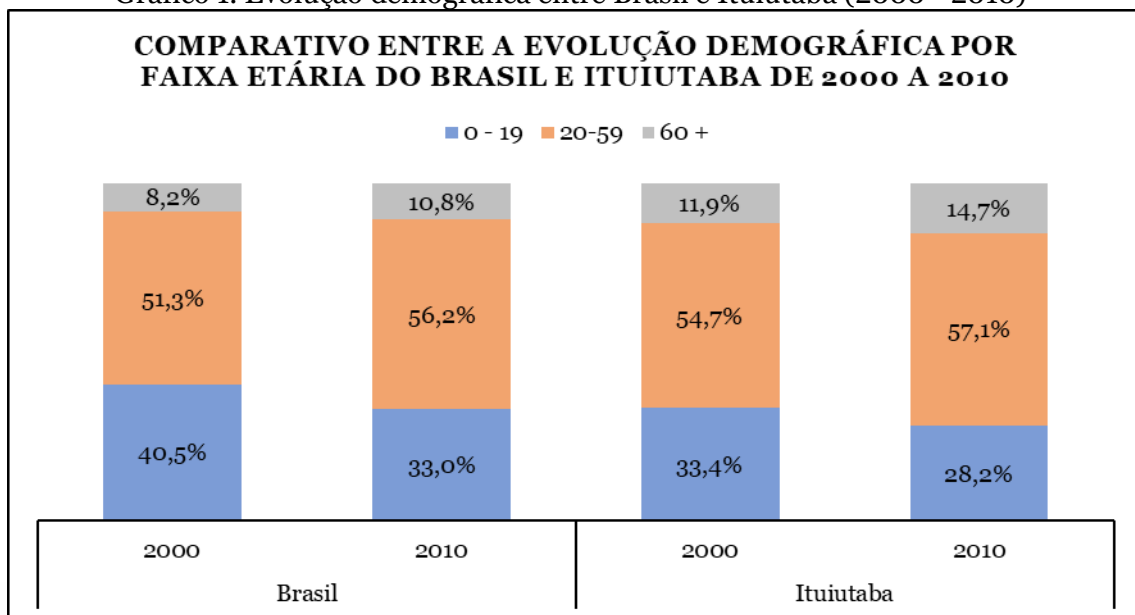
Sobre as AVU, uma primeira aproximação remonta a uma forma que tem por conteúdo a sociabilidade pelo livre acesso, realizando funções ecológica/ambiental, estética/paisagística, lazer/recreação, saúde humana e educação (ambiental), juntamente com a possibilidade de uso criativo que a população, sobretudo do entorno, eleva como contingência, ou seja, o uso não programado que a vizinhança próxima, e mesmo a distante, estabelecem cotidianamente. Neste sentido, seus benefícios podem ser delimitados dentro de questões sociais e ambientais, fazendo sua presença e distribuição de significativa importância em qualquer cidade. Enquanto o CRAS, como entidade institucional governamental, atua na área de assistência social, promovendo o “fortalecimento da convivência da família e a comunidade” por meio de “ações comunitárias, palestras, campanhas, eventos atuando junto à comunidade para o enfrentamento de problemas comuns” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS, 2015).

Portanto, buscamos trazer uma reflexão sobre a dimensão pública do espaço urbano em uma perspectiva da produção social da cidade. Para tanto, intentamos fazê-lo por meio de duas formas contidas no urbano, enquanto lugares que se evidenciam por suas práticas socioespaciais. Neste sentido, concordando com Carlos (2016), no entendimento de que além de objetos, a produção aponta para um conjunto de relações, modelos de comportamento e sistema de valores, produzindo neste processo uma dimensão prática da vida. Enfim, no cotidiano, as relações se manifestam no ato de apropriação da cidade, sendo ela considerada um conjunto de lugares, coexistindo a partir de diferentes usos e funções, apropriados e produzidos pelos grupos sociais, experienciando tempos e ritmos diferentes (SALGUEIRO, 2005).

Ainda, a dimensão pública do espaço tem por conteúdo o uso, sendo esse diferenciado, principalmente, por faixa econômica e etária; para tanto, por apresentarem, na maioria dos casos, tempo e ritmos diferentes, buscamos naquela parcela da sociedade que mais foi e ainda continua sendo impactada pela aceleração do “tempo do mundo”: os idosos. A problemática relacionada se acentua na medida em que sua população aumenta significativamente, como pode ser demonstrado pelo gráfico 1, onde podemos comparar a evolução demográfica por faixa etária na última década, culminando em 2010, quando a escala nacional apresenta 10,8% da população total, resultando um montante aproximado de 20.601.626 idosos, e local com 14,7% num total de 14.284 idosos (IBGE, 2010).

Nessa perspectiva, levamos em consideramos a afirmação de Nucci (2008), para quem as AVU devem funcionalmente atender a toda população, porém com maior importância a crianças e idosos. Assim sendo, atentamos para a um aspecto que se apresenta como preocupante, ou seja, o significativo aumento da população, sobretudo a de idosos, que apresentam uma contingência de espaços de usos voltados para o exercício das práticas proporcionadas pelas AVU e os CRAS.

Gráfico 1. Evolução demográfica entre Brasil e Ituiutaba (2000 - 2010)



Fonte: IBGE (2000; 2010).

Tendo definido as formas a serem abordadas, os usos proporcionados por elas e os respectivos “usuários”, (termo adotado simplesmente para demonstrar a capacidade de apropriação que se centra no uso em detrimento da dominação), mais beneficiados com sua presença, devemos enfatizar aqui a ideia de espaço como meio, ou seja, mediador de relações entre os sujeitos e entre sociedade e objetos; portanto, existe um elemento mediador relacionado ao idoso em sua casa (privado) e as AVU e CRAS. Este elemento é a mobilidade, que pode ser em uma primeira aproximação considerada como condição para saltar escalas

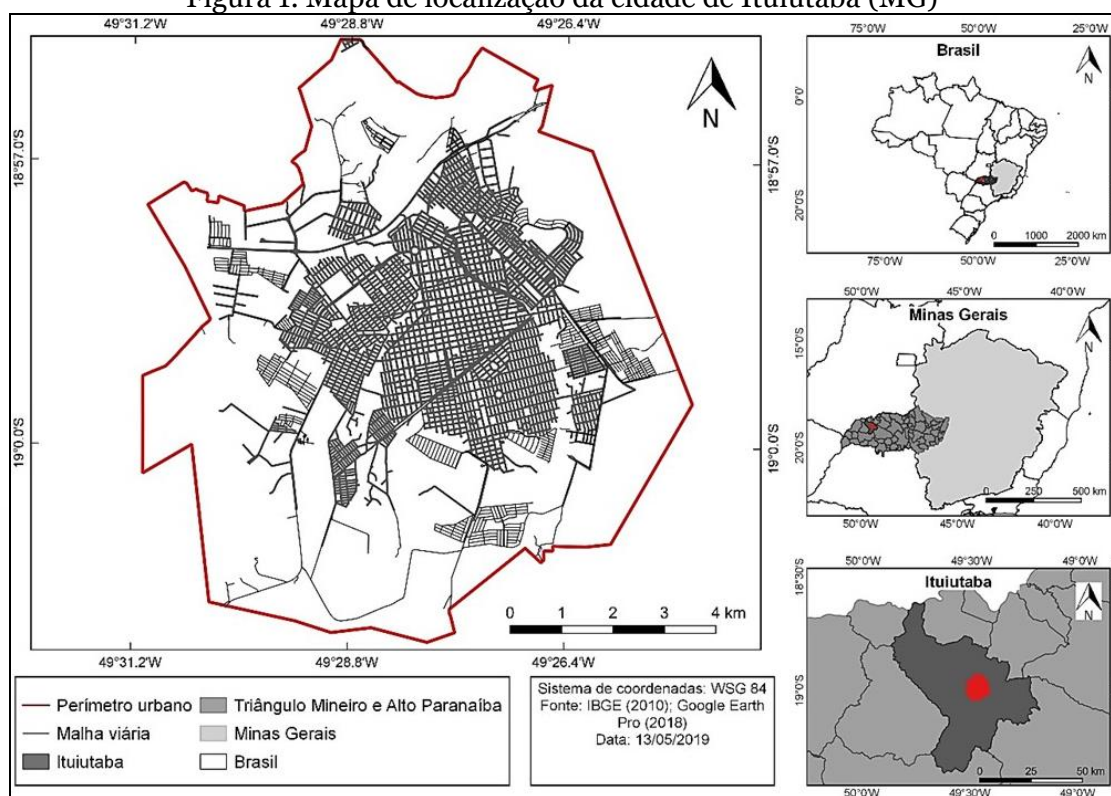
espaciais. Chegamos então a uma tríade: os idosos que se apropriam do espaço urbano público por meio da possibilidade de uso e do uso em ato; a mobilidade como o elemento mediador da relação; e as AVU e CRAS como objeto, como um lugar de realização do cotidiano.

Tendo em vista o que foi demonstrado até aqui, procurando delimitar a problemática, foram elencadas as seguintes questões: levando em consideração a produção do espaço público em Ituiutaba, como se manifesta a distribuição de AVU e os CRAS, tendo como finalidade a apropriação pela pessoa idosa? Esta distribuição possibilita a apropriação mediante a mobilidade? Portanto, buscamos dar destaque a uma parcela significativa da população que cada vez mais se avoluma, sendo que, de outro modo, os espaços (tempos) específicos do convívio se reduzem na medida em que o espaço público se transforma significativamente quando orientado pela lógica mercadológica.

Assim, situamos como objetivo deste trabalho analisar a possibilidade de idosos se apropriarem das AVU e os CRAS em Ituiutaba. Visando precisar melhor a realização do objetivo proposto, este se desdobra em dois momentos: o primeiro, que busca entender a distribuição das AVU e os CRAS na cidade, compreendendo como um produto da produção do espaço urbano; e o segundo, consistindo em verificar a demanda do contingente populacional de idosos no entorno das AVU e o CRAS, tendo em vista suas respectivas abrangências que embasam a ideia de mobilidade, entendendo como a configuração espacial do espaço público é um meio e condição de reprodução das relações sociais, que evidentemente se pautam pelo viés econômico na atual conjuntura da política urbana, mas que vai muito além, impactando no cotidiano e na realização da vida, como poderá ser evidenciado aqui, ainda que abordada apenas uma fração do espaço público em Ituiutaba.

No intuito de melhor situar o eito, elencamos aqui alguns aspectos gerais sobre nosso local de estudo. O município de Ituiutaba tem área correspondente a 2598,046 km², estando situado a oeste da capital mineira, Belo Horizonte, com distância aproximada de 700 km. Componente da microrregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e microrregião de Ituiutaba (Figura 1).

Figura 1. Mapa de localização da cidade de Ituiutaba (MG)



Fonte: IBGE (2010), Google Earth Pro (2018).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), por meio do estudo sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC), a cidade de Ituiutaba se enquadra como um centro sub-regional B, com zona de influência que abrange Cachoeira Dourada (MG), Capinópolis (MG), Gurinhatã (MG), Ipiacú (MG), Santa Vitória (MG) e São Simão (GO). A população do município, de acordo com o censo realizado em 2010, apontava 97.171 habitantes, sendo 93.125 na área urbana e 4.046 na área rural (IBGE, 2010).

Dede sua fundação como cidade, em 1915, Ituiutaba alternou sua base econômica em segmentos voltados para a agropecuária e, em pequena medida, o garimpo. Porém, apenas na década de 1950 passou a ter maior expressividade, devido à rizicultura, que estagnou por volta da década de 1980, centrando-se na pecuária até meados dos anos 2000 (quando já apresentava sinais de estagnação), com a implantação de usinas de cana. Ainda, Guerra e Libera (2014) indicam que a estagnação econômica da cidade se alterou na última década devido aos incentivos do Governo Federal para a construção civil, através do Programa de Moradia de Interesse Social: Minha Casa Minha Vida - MCMV, com cerca de 2000 moradias [atualmente o número se apresenta muito maior], também do Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com a implantação do Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Ituiutaba voltou a se destacar econômica e socialmente.

Pressupostos Teórico-Metodológicos

O percurso metodológico

Com o intuito de melhor esclarecer o processo de delimitação e construção do trabalho, em se tratando da pesquisa documental, baseado nas orientações de Marconi e Lakatos (2003), a coleta de dados de documentação indireta foi realizada a partir de: a) pesquisa documental, por meio de arquivos municipais (mapa base para a localização das AVU), dados censitários no domínio digital do IBGE e a plataforma Google Earth Pro para a confirmação da localização dos CRAS, após informação consultada em domínio digital da prefeitura municipal; e b) bibliográfica, a partir de livros, teses, dissertações e artigos, e para estes, as seguintes palavras-chaves foram utilizadas na pesquisa: produção do espaço urbano; espaço público, apropriação, mobilidade, sistema de espaços livres e áreas verdes.

Compreendendo que para que chegássemos aos conceitos que sustentam a proposta – a relação da produção do espaço urbano como produtor de (i)mobilidade perante a possibilidade de apropriação do espaço público –, necessitaríamos, antes, fazer um exercício de entendimento escalar dos conceitos, tendo em vista a mobilidade enquanto ponte entre as formas conceituais. Para tanto, nos apoiamos na ideia de uma hierarquia emergente, na qual dimensões e formas se comunicam e se influenciam umas às outras (Figura 2).

No espaço urbano encontramos diversos fluxos que agenciam as relações entre a sociedade e entre indivíduos e objetos, estas, na cidade, se encontram fisicamente delimitadas entre espaços edificados e espaços livres, podendo ser considerados os fixos. Os fluxos, por sua vez, ocorrem na medida em que a mobilidade seja possível. De outro modo, estes espaços podem ser delimitados em distintas dimensões, bem como pela propriedade, em ambos os casos variando entre privado e o público, determinando invariavelmente a acessibilidade física e simbólica. Dentro desta dicotomia (público↔privado) se encontram grande parte dos conflitos atuais na cidade; assim, procuramos inserir nossa análise dentro do viés do público de livre acesso, um espaço aberto, de acessibilidade livre e cumpridor de funções específicas, sendo indicado como fixos: as AVU; e outro espaço público (institucional) de função exclusivamente social, promovedor de sociabilidade, sobretudo para a faixa etária delimitada neste trabalho. E como fluxo (em ato ou em possibilidade) o contingente populacional localizado no entorno destes fixos.

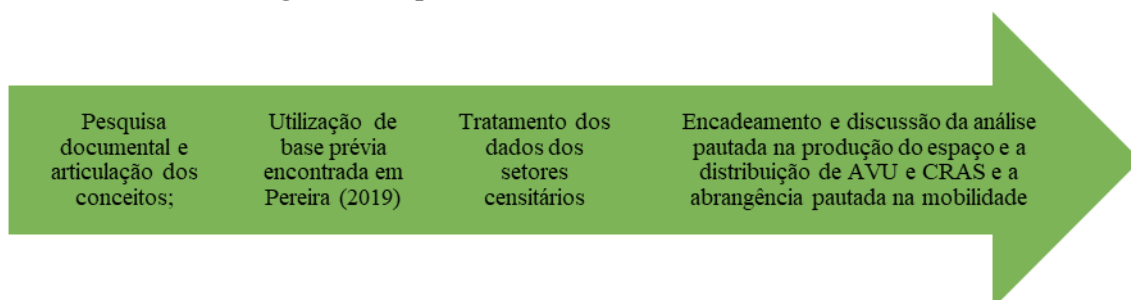
Figura 2. Delimitação das áreas de referência



Organização: Autores.

Delimitado o percurso dos conceitos, objetos e sujeitos, a sistematização das ações foi sintetizada na seguinte situação esquemática (Figura 3):

Figura 3. Sequência das atividades desenvolvidas



Organização: Autores.

Utilizando como base Pereira (2019), onde as AVU foram identificadas e localizadas diante dos espaços livres, trataremos aqui de operacionalizá-las, visando entender a distribuição destas áreas e como elas se relacionam com uma demanda contingencial de idosos que se manifesta diferencialmente na cidade. Entendemos AVU a partir das funções indicadas pelos diversos autores que tratam o tema, como Loboda (2003), Loboda e De Angelis (2005), Lima et al. (1994), Bucheri e Nucci (2006), Nucci (2008), Cavalheiro e Del Pichia (1992), Bucheri e Tonetti (2011), Bargas e Matias (2011), Benini (2009), Milano (1990), Oliveira (1996), Fazei e Colesanti (2007) e principalmente em Pereira (2019), apresentando variações sutis, indo por um eixo central que é evidenciado pelas funções binominais: ecológicas/ambientais, estética/paisagística e lazer/recreação. Percebemos que estas funções perfazem um caráter físico objetivo do espaço, aquele a partir da externalidade, indo além desta, por entender o caráter social, podemos agrupar a estas funções também as que proporcionam saúde humana (psicológica e motora) e educação (educação ambiental). De outro modo, os CRAS, devido à sua participação na vida da pessoa idosa em Ituiutaba, foram delimitados como importante ponto de convergência de grupos e atividades, neste sentido, também operacionalizando sua abrangência e distribuição.

A abrangência das AVU foi estabelecida com base na ideia de que quanto melhor dotada de condições favoráveis, equipamentos e mobiliário, um maior número de pessoas se deslocaria para usufruir da AVU. Também neste aspecto relacionado à abrangência, nos baseamos em Di Fidio (1985, apud NUCCI, 2008, p. 34), quando trata que “um grande peso é a distância entre o usuário e o espaço livre, [...] em distâncias maiores do que 10 a 15 min, a pé a utilização decai”. Para tanto, considerando a velocidade de caminhada (NOVAES, MIRANDA e DOURADO, 2011) de idosos como base para uma acessibilidade universal, foi atribuído um raio de abrangência máxima de 600 metros, observando a possibilidade de percorrer esta distância entre 10 a 15 minutos. A abrangência máxima resultante foi segmentada em cinco classes. Um aprofundamento da metodologia empregada pode ser consultado em Pereira (2019). Enquanto a abrangência dos CRAS foi considerada apenas a distância máxima, ou seja, 600 metros, tendo em vista os atrativos diretamente relacionados à população idosa.

Temos, portanto, três variáveis a serem consideradas. Estas, a partir da triangulação, podem ser elencadas de acordo com as delimitações de Marconi e Lakatos (2003), onde “x” (variável independente) sendo a configuração territorial das formas-conteúdos selecionadas (AVU e CRAS); enquanto “m” (a variável moderadora) corresponde à qualidade das formas-conteúdos AVU e a função social do CRAS; neste sentido, “m” pode ser indicada pela abrangência; por fim, a variável depende “y” nos dá a medida da (i)mobilidade diante da possibilidade de apropriação. Tendo em vista esta delimitação, consideramos a mobilidade não apenas como a capacidade de transitar, mas também a existência de algo que o motive a transitar.

Tendo as variáveis, posteriormente, chegado o momento de tratamento dos dados coletados no domínio digital do IBGE, foi utilizado o software livre Qgis (versão 3.6.1) para elaboração das representações gráficas e cartográficas, na medida que possibilitassem um entendimento da dinâmica das localizações e a (i)mobilidade. As representações nos deram condições de quantificar o número de indivíduos (devido aos setores censitários, dentro e fora da abrangência determinada). Faz-se necessário elucidar que os números foram relativizados com base na proporção que a área do setor censitário foi abrangida.

Por fim, relembramos a procura pelo encadeamento e discussão dos conceitos, relacionando-os com a dinâmica espacial das AVU e CRAS enquanto espaços públicos de referência para idosos, na cidade de Ituiutaba se deu considerando, especialmente, a condição de mobilidade, sendo este o meio e condição de apropriação, tendo em vista o cotidiano do bairro, situando-os como produto da produção do espaço urbano.

Os conceitos orientadores

Aqui trataremos da base teórica e conceitual que fundamenta nossa reflexão sobre as diferentes formas de apropriação e usos da cidade, sobretudo, de seus espaços públicos, enquanto resultados do processo de produção da cidade contemporânea. Inicialmente, corroboramos com Nucci e Presotto (2009), quando atribuem à intensa ocupação e à falta de planejamento a responsabilidade do desequilíbrio entre a quantidade, qualidade e distribuição dos diferentes espaços na urbe; neste aspecto, o entendimento das noções da produção do espaço urbano nos oferecem recursos para a compreensão desta lógica.

O espaço – aqui compreendido pelo urbano – sendo produzido sob orientação do capital, não é só resultado; este espaço materialmente constituído baseia o modo de produção, ou seja, só é possível sustentá-lo se uma estrutura espacial³ proporcione isso (e isso ainda hoje é elemento fundamental para compreensão da estrutura da cidade). Ao

³ A estrutura espacial é algo assim: uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes (SANTOS, 2014b, p. 29).

produzir o espaço urbano, se produzem conteúdos que nem sempre estão ligados à sua gênese, portanto

A noção de produção aponta a análise de um conteúdo que transcende as formas morfológicas ou a paisagem para focar o processo constitutivo dessa produção bem como os sujeitos dela, as mediações que tornam o processo real, tanto quanto a distribuição dos produtos desse processo. (CARLOS, 2016, p. 20).

Neste sentido, a produção do espaço extrapolando o material abarca o concreto imaterial, não se limitando à paisagem e à morfologia, faz parte também uma ideia de mundo com base em uma estrutura⁴. Logo, se faz parte da produção um mundo e uma ideia de mundo, importa compreender as dimensões em que este processo está compreendido. Desta maneira, o espaço produzido, segundo Carlos (2014, p. 66-67; 2016, p. 72-73), é composto das seguintes dimensões: i) material, sendo o espaço em sua dimensão objetiva, real, prática, se manifestando na morfologia e na paisagem; ii) concreta, revelando-se na dialética material com a subjetividade, o movimento social dentro das contradições, a relação do sujeito que produz e o sentido da produção. Aquilo que material ou imaterial se realiza efetivamente; iii) abstrata, constituída pelo espaço no plano conceitual, imbuído das contradições, do movimento, o espaço enquanto objeto de consumo, os estágios conceituais encerrando em sobreposição e reestruturação. Assim,

Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. Portanto, se de um lado, o espaço é um conceito abstrato, de outro, tem uma dimensão real e concreta enquanto lugar de realização da vida humana que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar, e que ganha materialidade por meio do território como produção humana em ato (CARLOS, 2014, p. 58).

Neste sentido, considerando as dimensões em que o espaço é produzido, Soja (2000) indica que “nossas ações e pensamentos modelam o espaço, mas, ao mesmo tempo, os espaços mais amplos coletivos ou socialmente produzidos nos quais vivemos também modelam as nossas ações e pensamentos”. Esta perspectiva perpassa pelo processo de ordens baseadas em determinações e possibilidades, que se concretizam na prática social e as mediações dos objetos.

Nesse aspecto, para além de objetos, podemos afirmar que o sentido da noção de produção aponta um processo real, amplo e profundo enquanto um conjunto de relações, modelos de comportamento, sistema de valores, formalizando e fixando as relações entre os membros da sociedade, e, nesse processo, produzindo um espaço em sua dimensão prática. Em sua dimensão de prática sócio-espacial, a produção do espaço revela a realização da vida cotidiana, o modo como se produz o espaço da vida nos modos de apropriação-uso do espaço que a sociedade efetiva enquanto momento da sua produção (lato sensu) (CARLOS, 2016, p. 72).

De outro lado, considerando a produção *stricto sensu*, para Santos (2014a, p. 72), os objetos na paisagem e no espaço remontam às relações existentes entre os lugares, sendo estas relações as “respostas ao processo produtivo no sentido largo, incluindo desde a produção de mercadoria à produção simbólica”. O autor segue indicando que na paisagem é conferida uma distribuição de formas-objetos, dotadas de conteúdo, enquanto o espaço resulta da interferência, do uso destas formas. Devido a isso, determinados objetos guardam

⁴ Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. (SANTOS, 2014b, p. 69).

suas localizações, mas não suas funções, em uma mutabilidade histórica e sistêmica. O uso do/no espaço confere conteúdo e dinâmica às formas.

A análise da produção do espaço constitui, assim, um universo imbricado de situações que não pode deixar de contemplar a dialética entre necessidades/aspirações/desejos que se encontram latentes na vida humana, o que o situa no conjunto de reprodução social em sua totalidade. O primeiro passo, portanto, é encontrar os fundamentos que explicitam a afirmação segundo a qual a produção do espaço é imanente à produção da vida humana. Assim, a produção das condições materiais, como base da história, revela o ato de produzir como ato de produção do espaço (CARLOS, 2016, p. 52).

Desta forma, os indivíduos humanos são os sujeitos da produção do espaço. Assim sendo, para Santos (2014c, p. 70) “a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço por meio dos objetos, naturais e artificiais”. Neste sentido, “como consequência, o processo de reprodução do espaço urbano revela sua contradição fundamental que reside na reprodução do espaço sob o capitalismo: sua produção é social enquanto sua apropriação é privada” (CARLOS, 2017, p. 35).

Por conseguinte, a reprodução do capital apresenta ligação imanente com a produção do espaço urbano, onde as relações sociais de reprodução sem tornam produto, meio e condição, promovendo espaço-tempos diferenciais à medida que cria diferenciações espaciais. Assim, de acordo com Salgueiro (2003, p. 99), “a cidade é um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais experienciando tempos e ritmos diferentes”. A natureza do espaço é, portanto, social em seu fundamento e são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano (CORRÊA, 2014) Esse horizonte de análise, a partir do espaço banal, das práticas, do real, é o ponto de partida para a construção do entendimento do processo de reprodução da sociedade em todos os seus níveis, apontando a perspectiva espacial como elemento analisador da realidade (CARLOS, 2016, p. 39). As práticas socioespaciais derivam diretamente da vida social, e somente se efetivam a partir das relações sociais no âmbito das ações cotidianas.

A vida cotidiana, nesta perspectiva, se definiria como uma totalidade apreendida em seus momentos (trabalho, lazer e vida privada e entre os planos do indivíduo e do coletivo) e nesse sentido guardaria relações profundas com todas as atividades do humano – em seus conflitos, em suas diferenças. Para Henri Lefebvre, é na vida cotidiana que ganha sentido, forma e se constitui o conjunto de relações que faz do humano e de cada ser humano um todo. Nessa direção, a cidade como espaço produzido vai ganhando novos sentidos, conferidos pelos modos de apropriação do ser humano, objetivando a produção da sua vida. Deste modo, a apropriação revela-se como uso dos lugares em tempos definidos para cada atividade – produtiva ou não-produtiva. Assim a cidade pode ser analisada como lugar que se reproduz enquanto referência – para o sujeito - e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade que comporá os elementos de sustentação da memória, e nesta medida, a análise da cidade revelaria a condição do homem e do espaço urbano enquanto construção e obra (CARLOS, 2007, p. 22).

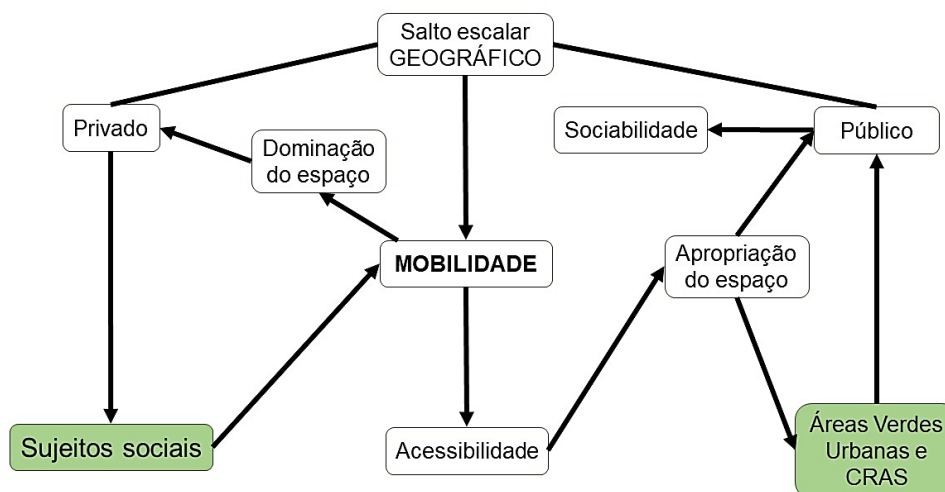
Dentro da cotidianidade, as dimensões práticas se manifestam nas relações de uso; deste modo, necessita-se compreender as condições de apropriação dos espaços urbanos. Esta apropriação somente se realiza na medida em que o corpo age em um espaço-tempo específico, com ação contida nas “possibilidades”, resultando em uma objetivação prática, que é mediatizada no espaço público, onde, apresentando as características fundamentais para proporcionar o encontro, a troca, a sociabilidade, a comunicação e o conflito, o que

possibilita a realização da “tríade cidadão-identidade-lugar” (CARLOS, 2017, 45). Neste ponto reside a importância do acesso pelo corpo a espaços mais amplos ou o acesso corporal como meio de saltar escalas [geográficas] (SMITH, 1988).

Como mediador desse trânsito entre privado e público, mesmo como resultante do processo de produção do espaço urbano, a mobilidade se constitui como elemento fundamental para o entendimento da segregação e a efetividade e possibilidade de usos na cidade, assim, Serpa (2014, p. 87) indica, ao tratar do parque urbano (mas que pode ser extrapolado à dimensão pública em geral), que “distância e acessibilidade, dois conceitos geográficos fundamentais, acabam colocando em xeque a noção de espaços públicos”. A apropriação do espaço público passa a ser entendida, considerando mobilidade, como uma instância de salto escalar que permite sair da esfera do privado – corpo e casa – para escalas maiores como o bairro e a cidade. A escala geográfica deve ser entendida como uma produção social no sentido amplo [...] (SOBARZO, 2004, p. 181).

Visando tornar didática nossa aproximação da mobilidade como produto do processo de produção do espaço urbano, atuando como mediadora entre o espaço público e o espaço privado, situando-a dentro do contexto de provedor de meios de saltar escalas, apresentamos uma sequência (Figura 4) baseada em nossa pesquisa (considerando nosso objeto e sujeitos).

Figura 4. Situação esquemática do percurso teórico-metodológico adotado



Organização: autores

Portanto, observamos que os sujeitos transitam entre a casa (privado) a lugares privados por meio da mobilidade que permeia a dominação do espaço, aqui a acessibilidade não ocorrendo devido estes lugares serem especificamente voltados à circulação e ao consumo. De outro modo, a mobilidade e a acessibilidade irrestrita são capazes de promover a apropriação do espaço, seu uso e a sociabilidade considerando o espaço público.

Para melhor definir mobilidade, Balbim (2016), a partir das ciências sociais,

designaria o conjunto de motivações, possibilidades e constrangimentos que influem tanto na projeção, quanto na realização dos deslocamentos de pessoas, bens e ideias, além, evidentemente, dos movimentos em si, mas essa é só a expressão da mobilidade (BALBIM, 2016, p. 28).

O autor segue dizendo ainda que a mobilidade, tendo em vista a espacialidade, abarca “dos deslocamentos internos ao lugar de vida”, ainda a dimensão espacial dos deslocamentos para além do lugar da vida, para outras cidades, países etc.” (BALBIM, 2016, p.29). Nos ateremos aqui à procura do lugar do cotidiano, do entorno; neste sentido, mesmo o caminho

entre os espaços públicos pode se tornar lugares, o lugar da sociabilidade cotidiana, do convívio, da apropriação do espaço. Ademais,

além, a mobilidade – essa condição humana por excelência – é uma prática de inserção social, uma essência do modo de vida praticado pelas pessoas e condição dos lugares [...]. Sua realização apenas acontece no que concerne a um espaço social, que lhe confere sentido e estrutura [...]. O ato de mover – e estar em movimento – não apenas possui dimensões objetivas da locomoção, mas também está intimamente ligado às expressões subjetivas de reprodução urbana de relações sociais (BALBIM, 2016, p. 33:49).

A mobilidade espacial, considerando ainda o cotidiano, deve ser pensada no âmbito dos deslocamentos a pé e com base no direito ao entorno. Neste sentido, segundo Loboda e Miyazaki (2012, p. 258), deve-se ir além do estrito pensamento sobre os meios de transporte e suas implicações, deve-se pensar de maneira crítica como se organizam os usos, atrelando-os à efetividade do acesso. Portanto, corroboramos com Balbim (2016, p. 54), ao indicar que “a mobilidade como mediação transformadora da produção do espaço significa ampliar socialmente o uso da cidade como patrimônio público”. O que propomos é uma leitura da realidade e ainda do que poderia ser, tendo em vista a (i) mobilidade do contingente populacional. Lembrando que a possibilidade, de acordo com Santos (2014a), é parte fundamental nas análises geográficas: buscar transformar a dinâmica atual da construção de uma ideologia puramente econômica das relações humanas. Observando o que existe e o poderia existir.

Em síntese, compreendemos que a produção do espaço urbano garante à cidade uma configuração e distribuição de formas diferenciadas na medida em que historicamente foram estabelecidas. Nosso objeto (AVU e CRAS), estando inserido dentro da dimensão pública do espaço, guarda respectivamente sua localização baseada neste processo. Neste sentido, existem determinações impostas pela produção como um processo global, e existem possibilidades a partir do lugar enquanto portador a emergência de práticas socioespaciais inseridas no cotidiano que, em certa medida, subvertem a ordem hegemônica, humanizando os mais diversos espaços. Mediando esta relação entre determinações e possibilidades está situada a mobilidade como fator/elemento balizador da apropriação do espaço público na cidade.

Sobre a (i) mobilidade dos idosos a partir dos espaços públicos

Antes de prosseguirmos diretamente à relação espacial entre os sujeitos e as AVU e CRAS, necessitamos compreender como está estruturada a disposição destes espaços na cidade de Ituiutaba, algumas das práticas que ocorrem no espaço público da cidade e, posteriormente, como se dá a relação entre a apropriação, tendo em vista a mobilidade referente à proximidade dos espaços por nós delimitados.

As marcas da produção do espaço do espaço público em Ituiutaba

Sabemos que a escala é um elemento fundamental para a compreensão da dinâmica urbana. Neste sentido, evidentemente, Ituiutaba guarda em si as características específicas que lhe deram forma e continuam a ditar seu processo de evolução. Portanto, o arcabouço teórico levantado nos dá bases amplas para o entendimento, mas que necessitam de contexto. Em suma, evidencia como a cidade desenvolveu seu sítio e sua identidade urbana.

Sobre a cidade, a formação do espaço urbano se deu com base na expansão a partir da praça central e a Igreja Matriz (São José), e com base em Chaves (2016), podemos entender o crescimento urbano de Ituiutaba da seguinte forma: no início de sua formação, a Igreja

Católica, detentora de boa parte das terras, se mostrou como primeiro agente produtor do espaço urbano. Até meados de 1970 a ocupação do território ocorreu de forma pouco organizada e legalizada; para tanto, neste período a Prefeitura Municipal de Ituiutaba busca, por meio do Registro de Loteamento, regularizar os bairros até então não anexados ao perímetro urbano. A cidade, neste período, contava com 29 bairros e 2 conjuntos habitacionais. De 1980 a 1990, com o novo aumento do perímetro urbano, os setores sudeste e sudoeste foram privilegiados. Foram inseridos os bairros Esperança, Jardim Jamila, Mirim, Santa Edwiges, Morado do Sol, Distrito Industrial Antônio Cancelli, Residencial Monte Verde e Residencial Primavera e os conjuntos habitacionais Eldorado, Jerônimo Mendonça, Lagoa Azul I, Lagoa Azul II e Novo Tempo II. Chegando em 2000 devido à atuação do poder público e mediante a aplicação de capital no setor imobiliário, para tanto,

Nesse movimento, Ituiutaba (MG) destacou-se no cenário regional como uma das cidades de sua Microrregião que mais conseguiu investimentos no setor da habitação, no âmbito do Programa do Governo Federal "Minha Casa Minha Vida". Entre 2001 e 2010, foram construídos dez conjuntos habitacionais, totalizando 2.895 habitações, condicionando a expansão horizontal da cidade, bem como, desencadeou um processo de valorização as áreas circunvizinhas. Empreendimentos residenciais, para moradia de médio e alto padrão, também se destacaram neste período (CHAVES, 2016, p. 40).

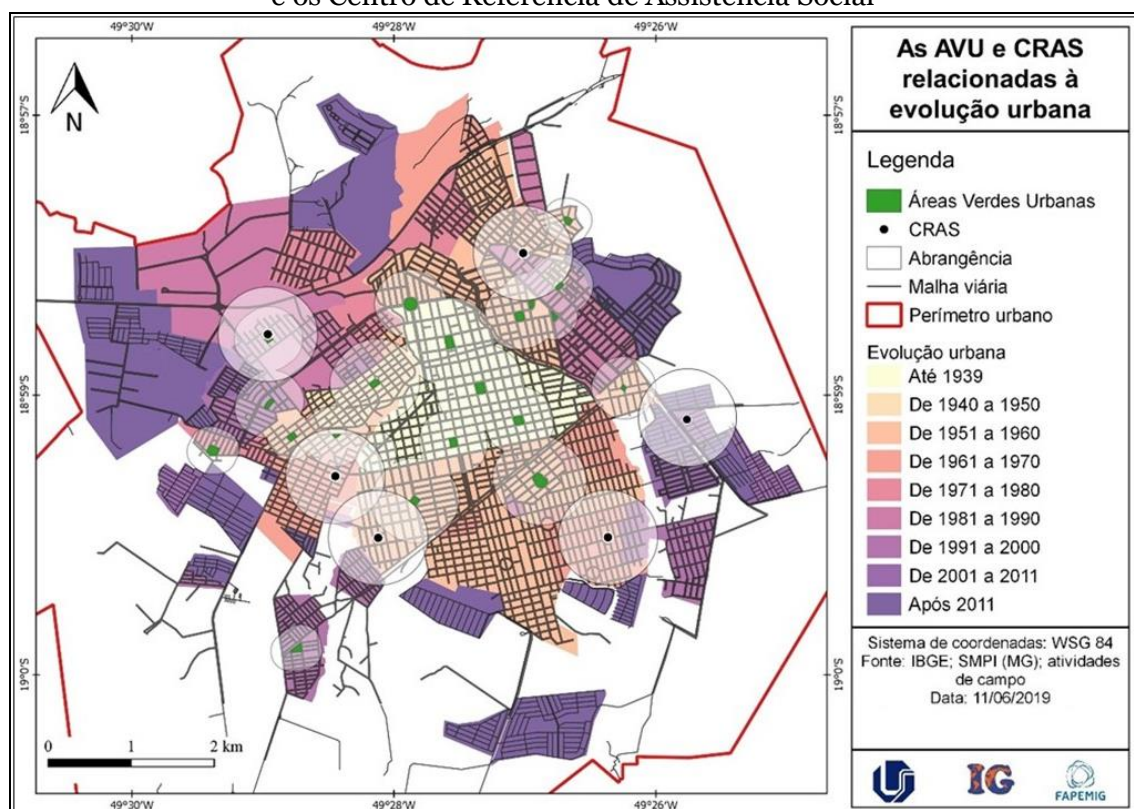
Nesse movimento, Ituiutaba (MG) destacou-se no cenário regional como uma das cidades de sua Microrregião que mais conseguiu investimentos no setor da habitação, no âmbito do Programa do Governo Federal "Minha Casa Minha Vida". Entre 2001 e 2010, foram construídos dez conjuntos habitacionais, totalizando 2.895 habitações, condicionando a expansão horizontal da cidade, desencadeando um processo de valorização as áreas circunvizinhas. Empreendimentos residenciais para moradia de médio e alto padrão também se destacaram neste período (CHAVES, 2016, p. 40).

Com base nos mapas municipais oficiais, este processo culminaria com a presença de 75 bairros em 2015 (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2015) e de 106 bairros em 2017 (FIG. 5), muitos destes provenientes dos investimentos resultantes do projeto Minha Casa Minha Vida, sobretudo na periferia da cidade, que teve sua dinâmica intensificada por conta dos investimentos na construção civil. Podemos avaliar esse processo recente como desordenado, tendo em vista o crescimento muito expressivo do número de bairros e sua relação com o perímetro urbano. Neste sentido, o impacto na estruturação das AVU é esperado a partir desta dinâmica de expansão urbana, enquanto o CRAS com prioridade de instalação em áreas de fragilidade

Levando em consideração a preocupação com a existência e a distribuição dos espaços públicos na cidade contemporânea, nos aponta Loboda (2016) que, ao menos do ponto de vista teórico, eles deveriam estar dispostos com um mínimo de equidade, permitindo aos diferentes tipos sociais o livre acesso. No entanto, a realidade que se mostra em grande parte das cidades é a da má distribuição, da concentração desses locais, sobretudo associada com determinadas partes da cidade, segregando uma parcela significativa da população, sobretudo em áreas mais periféricas, sem falar no acesso aos espaços públicos da população mais idosa, a qual é o foco dessa reflexão na cidade de Ituiutaba.

Como observado no mapa (Figura 5), com base na disposição das AVU, dos CRAS e a temporalidade referente à consolidação dos bairros, podemos delimitar três momentos de crescimento da cidade em tempos diferentes: uma primeira, em que predominava a área central, na porção sul a partir da Igreja São José; e uma segunda, que vai dos anos 1951 a 1990, representados pelos bairros formados no entorno do centro propriamente dito. Por fim, os bairros que surgiram a partir do movimento de maior significância imobiliária (1991 até o dado momento) a partir dos conjuntos habitacionais e os produtos do MCMV, e nestes bairros, pouco ou nada possuem de espaços públicos, quanto menos de AVU e CRAS.

Figura 5. Mapa da relação entre a evolução urbana e a abrangência das áreas verdes urbanas e os Centro de Referência de Assistência Social



Fonte: IBGE (2010), Secretaria Municipal de Planejamento de Ituiutaba (2018), atividades de campo (2019).

Pesando estes três momentos, podemos constatar que ocorreu significativamente uma mudança no que tange o espaço público. Se evidenciadas as AVU, são encontradas, sobretudo, as localizadas em bairros mais antigos, e que as melhores qualitativamente estão localizadas no centro, podemos inferir que o interesse foi redimensionado, mantendo-se quase exclusivamente nas áreas mais centrais, pois nestas, passa-se uma melhor imagem da cidade, colaborando também na segregação urbana. Devemos entender que estas características são pertinentes devido ao caráter monocêntrico de Ituiutaba, neste sentido, maior infraestrutura urbana se centraliza, centralizando ainda as atividades, como foi constatado nas visitas de campo, onde as atividades culturais ocorrem em maior número na Praça Getúlio Vargas e Praça Cônego Ângelo (estas localizadas no sítio inicial da cidade). Enquanto os CRAS, que em âmbito nacional têm origem na década de 1970, tendo como finalidade atender comunidades com fragilidade social, se localizam espacialmente no segundo momento de urbanização.

Sobre a distribuição do espaço público, uma contradição já se apresenta considerando a lei de parcelamento do solo instituída pela Lei 6766/79 (lei de parcelamento do solo urbano), pois os espaços delimitados no âmbito desta pesquisa, considerados públicos já consolidados se inserem em bairros majoritariamente de formação anterior à lei, e, ao contrário do que poderia se supor, os não consolidados ou a inexistência estão localizados em áreas com formação anterior à lei.

Tratando das praças, mas que podemos extrapolar para outros espaços públicos, Robba e Macedo (2010) nos indicam que a criação de novas praças, em geral, se daria nas áreas menos consolidadas e nos bairros periféricos.

A realidade, entretanto, mostra que os maiores investimentos são destinados para a reforma das grandes praças em bairros nobres e centrais, enquanto os bairros mais afastados e menos consolidados recebem projetos mais simples para a implantação de praças de baixo orçamento e formalmente mais modestas (ROBBA E MACEDO, 2010, p. 48).

Vemos, então, que desde a década de 1990 a cidade deixa de implantar estruturas que deem condições para que a população possa usufruir do espaço público, promovendo sociabilidade para esta parcela da população. Assim, surge, não diferentemente de outras cidades no Brasil, uma periferia em que o espaço público se faz ausente nas mais diversas formas. Neste sentido, para Loboda (2016), em se tratando do direito à cidade como direito ao entorno, é de difícil tratamento, principalmente nos bairros periféricos, por sua ausência que se deve à primazia da casa, da unidade do homem privado que busca primeiramente o lugar onde morar, que em grande medida se vê restrito do acesso à cidade, seus bens, serviços e equipamentos de uso coletivo, tendo como produto dessa pouca mobilidade entre o privado e o público os contatos essencialmente familiares, segregando esta parcela da população.

A discussão sobre a segregação como representação coloca também sob nova perspectiva a discussão sobre o direito à cidade. O direito à cidade deve incluir o direito aos espaços públicos de representação, o direito à população de representações a partir da dialética entre o concebido e o vivido no cotidiano dos lugares urbanos da contemporaneidade (SERPA, 2016, p. 62).

Assim, a produção do espaço, na dimensão pública, produz também os comportamentos e as relações com os objetos e formas urbanas. No que tange às AVU, pensando-as como um estágio superior da praça tradicional devido a maior pluralidade de suas funções, neste aspecto, elas ganham contornos de apropriação a partir de fins recreativos, ambientais e paisagísticos, enquanto os aspectos sociais, que em menor expressão se mantêm, pouco ou quase nada guardam de momentos anteriores. A AVU como forma media o uso, a constituição do conteúdo, sendo ele público, mas que só ocorrerá caso o sujeito se aproprie dela, desta forma, indo do que se concebe do espaço ao que se vive no espaço.

Portanto, a AVU e o CRAS, enquanto fomentador da sociabilidade, só se realiza efetivamente se um sistema de valores, se a própria apropriação, ainda que durante algum tempo se constitua enquanto uma emergência possível, pois os comportamentos não devem ser programados, lhe confere o conteúdo, se o sujeito age sobre os espaços usando-os, se lhe é garantida a função da obra, se nela o valor mercadológico seja sobrepujado pelo uso público em essência compartilhado, se neles a temporalidade seja a do indivíduo e não do fluxo acelerado. Se a legislação pertinente à reserva de espaços públicos pode vir a fazê-los presente, a sua instituição só se realiza se interesses políticos e econômicos converjam, assim como em todos os momentos da cidade. E isso acaba por reduzir ainda mais o espaço público a circunstâncias específicas. Relembrando que enquanto a produção do espaço urbano é social, a apropriação acaba sendo cada vez mais privada na medida em que o espaço urbano é fatiado em pedaços e comercializado, reduzindo as práticas sociais, inviabilizando a acessibilidade no espaço público e o direito à cidade como fundamento da vida urbana.

As práticas de apropriação no espaço público

Procuraremos evidenciar nesta parte do texto as práticas socioespaciais que dão conteúdo às formas do espaço público delimitadas neste trabalho. Para tanto, as visitas de campo e experiências anteriores foram fundamentais para compreender em que medida ocorre a dinâmica de apropriação por parte dos idosos em Ituiutaba.

Partindo das AVU, ao longo do percurso de visitas nos deparamos com duas possibilidades de apreensão das práticas socioespaciais (Figura 6): o uso em ato e o uso enquanto potencialidade. Este último também nos evidencia o uso, se dando como presença de mobiliário e por vestígios dos usuários.

Figura 6. Usos e estruturas para os respectivos usos em espaços públicos na cidade de Ituiutaba



Fonte: Atividades de campo (2018).

Em diversas AVU foi possível visualizar práticas ocorrendo em ato, como a realização de atividades físicas por meio de ginástica orientada, que se desenvolvia pela manhã, onde um grupo significativo de idosos se encontra na Praça dos Trabalhadores e a sociabilidade cotidiana se fez presente. De outro modo, com uso noturno, na Praça Cônego Ângelo pode ser experienciada uma movimentação que já ocorre semanalmente aos domingos, quando diversas “barraquinhas” se instalam no lugar e proporcionam o consumo efêmero de alimentos artesanais, mas também a ocorrência de um evento artístico-cultural, criando um movimento de atração.

Como forma de uso em potencialidade, podemos inferir que ocorrem em qualquer lugar público que tenha mínimas condições de uso, mas que ao oferecer mobiliário específico proporciona melhor condições e atrai um maior número de pessoas. Foi possível observar a presença de “academia ao ar livre” em algumas das AVU, notando também que os equipamentos são voltados para atividades de menor intensidade, típicas das realizadas por idosos. Em outra área, a presença de extensões de bancos em áreas bem sombreadas, criando amenidades que acomodam a permanência ainda que de curto prazo, localizados próximos a pontos de ônibus e quiosques, proporcionando potencial importante para a sociabilidade.

Ressaltamos que as práticas e os indicativos de uso por potencialidade apresentados assim remontam a alguns dos casos visualizados em campo, mas outros puderam ser também vistos; portanto, a representação aqui realizada se manifesta em caráter elucidativo. Ainda, mesmo que outras práticas e indicativos foram encontrados, a centralidade na cidade ainda se mantinha expressiva.

Para a outra forma do espaço público destacada neste trabalho, aqui delimitada pelo CRAS. A apreensão do uso, da sociabilidade e apropriação ocorreu durante a realização de atividade no âmbito da extensão realizada no CRAS do Bairro Brasil (Figura 7). Na ocasião,

foi tratado o tema “descarte indevido de medicamentos em desuso”, e o contato com o CRAS possibilitou identificar que grande parte dos usuários cotidianos são idosos, participando das mais variadas atividades como dança, ginástica aeróbica, acompanhamento médico, social e grupos diversos que desenvolvem práticas produtivas voltadas ao artesanato.

Figura 7. Intervenção realizada no CRAS do Bairro Brasil com o tema: "Descarte de medicados em desusos" realizada em 2015



Fonte: Atividades de campo (2015).

O CRAS, devido à sua função, já se localiza descentralizado; portanto, ocupa uma periferia que manifesta menor renda média. Neste sentido, se caracteriza por um perfil de usuários que possuem maior convívio devido às limitações de outras possibilidades de lazer, recreação e a apropriação da cidade enquanto espaço público.

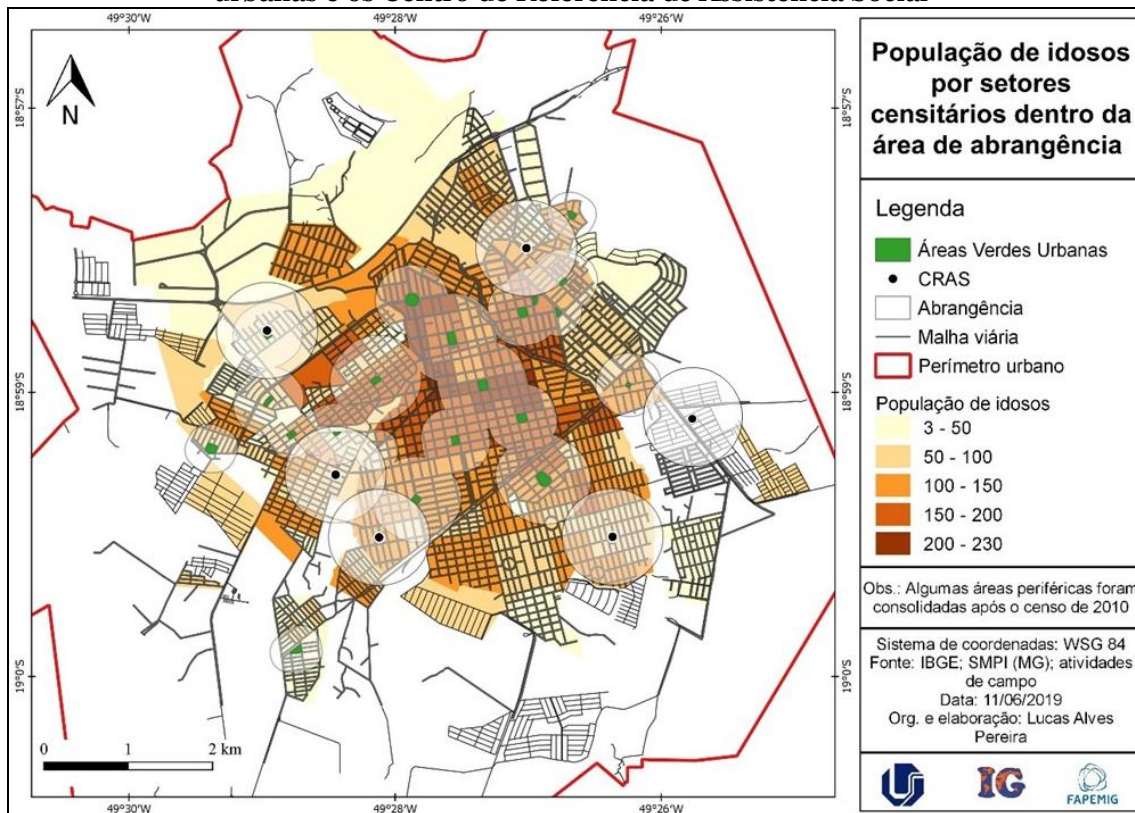
Entendemos que ocorre paralelamente uma infinidade de outras práticas socioespaciais cotidianas; no entanto, ainda que pautados na efetivação das funções das AVU e CRAS, o exercício de evidenciar empiricamente as atividades realizadas, nos dá a medida do quão é importante e o quanto pode ser significativo a presença e consolidação de espaços públicos de qualidade para idosos nas cidades em geral.

A interação entre a disposição do espaço público e a contingência de idosos

Tendo em vista os elementos anteriormente abordados, procuramos neste momento espacializar as AVU e os CRAS, com suas respectivas abrangências, objetivando encontrar os idosos que devido à sua proximidade com os espaços públicos abordados podem ser considerados dotados de mobilidade no que tange à possibilidade e efetivação do uso cotidiano. Neste sentido, de outro modo, aqueles delimitados fora da abrangência podem ser considerados segregados, por não serem oportunizados a participar desta fração da cidade devido à sua localização distante, sendo assim segregados por imobilidade no que tange a sociabilidade.

Ao visualizarmos a cidade de Ituiutaba a partir do contingente populacional de idosos em relação às AVU e CRAS (Figura 8), claramente observamos que esta parcela etária ocupa majoritariamente o centro da cidade, e como evidenciado anteriormente, ocorrendo também a centralidade na localização dos espaços públicos, podemos inferir que, em certa medida, pode existir um equilíbrio, pensando em termos de atender a maioria, mas que longe de ser o ideal, devido à ausência na periferia de modo geral.

Figura 8. Mapa da relação entre a população de idosos e a abrangência das áreas verdes urbanas e os Centro de Referência de Assistência Social



Fonte: IBGE (2010), Secretaria Municipal de Planejamento de Ituiutaba (2018), atividades de campo (2019).

Para tanto, a abrangência contempla aproximadamente 65% (em torno de 9100 indivíduos) da população total de idosos na cidade, nos dando a medida da escassez desta forma de espaço público na periferia, onde 35% destes idosos não podem acessar um espaço-tempo que permita sua convivência entre seus pares e o restante da sociedade. Podem então, estes localizados na periferia, serem considerados se contextualizados dentro do viés da sociabilidade proporcionada pelos usos tanto nas AVU, quanto nos CRAS. Porém, como os dados considerados foram do censo de 2010 (último censo realizado), existindo diversos bairros que foram estruturados após a data, podemos inferir que o número tende a se mostrar ainda mais preocupante atualmente, acentuando o desequilíbrio.

Como a dinâmica de residências ocupadas por idosos se dá em Ituiutaba tendencialmente no centro, já era esperado que boa parte seja abrangida por estes espaços públicos. Porém, se levarmos em consideração que a renda média do centro da cidade é expressivamente maior, podemos verificar que mesmo a distribuição dos espaços permitindo a apropriação via mobilidade a pé por aproximadamente 65% dos idosos, os outros 35%, desprovidos de renda que podem proporcionar alternativas carecem ainda mais dos espaços de sociabilidade, agravando a situação pela imobilidade e inacessibilidade. Assim, corroboramos com Loboda (2016), o cidadão independente de sua faixa etária ou classe social deve ser investido de seus direitos, sobretudo à cidade, nesta perspectiva, a casa e ao espaço público.

Ao prover os cidadãos pela mobilidade, considerando o cotidiano, tendo espaços qualificados para a sociabilidade na proximidade de suas residências pode promover a apropriação do espaço público, perfazendo papel fundamental no exercício da cidadania e ainda valorizando o idoso mediante as possibilidades de vivências entre as diferenças.

Considerações finais

Buscamos, por meio deste trabalho, analisar a possibilidade de idosos se apropriarem de uma fração específica do espaço público, as AVU e CRAS na cidade de Ituiutaba. Intentamos atingir nosso objetivo mediante a realização de duas frentes que convergem para que se manifeste a apropriação em ato ou em potencialidade. A primeira, procurando entender a distribuição destes espaços tendo como orientação a produção do espaço urbano, sendo estas localizações o produto historicamente estabelecido, e a própria localização sendo um meio e condição por meio da mobilidade de realização das práticas cotidianas. A segunda, que busca identificar o contingente populacional de idosos na abrangência das áreas em questão, ou seja, imbuídos da possibilidade de mobilidade por estarem próximos a partir do deslocamento a pé. Convergindo, as duas frentes reuniram elementos que proporcionaram o entendimento da dinâmica pública.

Sintetizando e reafirmando as colocações feitas durante o percurso deste trabalho, a mobilidade a pé, diante das limitações físico-biológicas dos sujeitos só ocorrerá caso o espaço público esteja na proximidade da casa; neste sentido, a mobilidade ocorre principalmente na periferia em medidas desiguais, tendo em vista a fraca estrutura espacial, no que tange qualidade e quantidade.

Retomando a tríade estabelecida nos conceitos orientadores, a mobilidade perfaz papel fundamental para realização do salto escalar entre espaço privado e espaço público, promovendo por meio de práticas socioespaciais a apropriação do espaço público enquanto lugar do encontro e da sociabilidade que se manifesta com conteúdo próprio da cidade enquanto valor de uso. Enfim, sendo o lugar onde a vida se realiza e materializa contradições e apresenta subversões, que se manifestam na busca pela superação de um espaço produzido tendencialmente a partir do viés econômico.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pelos auxílios prestados.

Referências

ARENDDT, H. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. 352 p. (Tradução: Roberto Raposo).

BALBIM, R. Mobilidade: Uma Abordagem Sistêmica. In: BALBIM, R; KRAUSE, C; LINKE, C. C. **Cidade e movimento**: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: IPEA:ITDP, 2016. p. 23-42.

BARGOS, D, C.; MATIAS, L. F. **Áreas verdes urbanas**: um estudo de revisão e proposta conceitual. REVSBAU, Piracicaba - Sp, v. 6, n. 3, p.172-188, set. 2011.

BENINI, S. M. **Áreas Verdes Públicas: A construção do conceito e a análise geográfica desses espaços no ambiente urbano**. 2009. 283 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BRASIL. **Centro de Referência de Assistência Social**: CRAS. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BUCCHERI FILHO, A. T.; NUCCI, J. C. **Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR.** Revista do Departamento de Geografia, [S.I.], n. 18, p.48-59, 2006.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2016. 157 p.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole.** São Paulo: Labur Edições, 2017, 2ª edição revisada, 317p.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. 123 p.

CAVALHEIRO, F; DEL PICHIA, P. Celso D. Áreas verde: Conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1. 1992, Vitória. **Anais...** . Vitória: Cbau, 1992. p. 29 - 38. BUCCHERI FILHO, A. T.; TONETTI, E. L. QUALIDADE AMBIENTAL NAS PAISAGENS URBANIZADAS. Revista Geografar, [s.l.], v. 6, n. 1, p.23-54, 30 jun. 2011. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v6i1.21802>.
<https://doi.org/10.5380/geografar.v6i1.21802>

CHAVES, L. D. **Produção do espaço urbano e mercado imobiliário:** a oferta de terrenos não edificados e imóveis residenciais urbanos em Ituiutaba (MG). 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: Um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2014. p. 41-52.

GOMES, P. C. da C. **A condição Urbana:** Ensaios de Geopolítica da Cidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 304 p.

GUERRA, M. E. A.; LIBERA, I. I. M. D. Agentes Produtores Da Forma Urbana Nas Cidades Médias Do Triângulo Mineiro E Alto Paranaíba – Estudo De Caso: Ituiutaba. In: COLÓQUI QUAPA SEL, 9., 2014, Vitória. **Anais...** . Vitória: Ufes, 2014. p. 1 - 22. Disponível em: <<http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/Agentes-produtores-da-forma-urbana-nas-cidades-m%C3%A9dias-do-tri%C3%A2ngulo-mineiro-e-alto-Parana%C3%ADba-%E2%80%93-estudo-de-caso-Ituiutaba.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Unesp, 2014. 565 p. Tradução: Denilson Luís Werle.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. . **Censo demográfico.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178 p. Tradução de Sérgio Martins.

LIMA, A. M. L. P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; SOUSA, M. A. L. B.; FIALHO, N. O.; DEL PICHIA, P. C. D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres,

áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 2, 1994, São Luís. **Anais...** . São Luís: Cbau, 1994. p. 539 - 553.

LOBODA, C. R. Espaço Público e Periferia na Cidade Contemporânea: Entre as Necessidades e as Possibilidades. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 37, n. [S.I.], p.37-63, 22 ago. 2016. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v37i0.40382>.

LOBODA, C. R. **Estudo das áreas verdes urbanas de Guarapuava – PR**. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá. Curso de Pós-graduação em Geografia. Maringá, 2003.

LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. de. **Áreas verdes públicas urbanas**: Conceitos, usos e funções. *Ambiência: Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*, Guarapuava, v. 1, n. 1, p.125-139, jun. 2005. Semestral.

LOBODA, C. R.; MIYAZAKI, V. K. Entre A Centralidade e a Circulação: Uma Abordagem Sobre o Transporte Coletivo em Duas Cidades Médias Brasileiras. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 44, n. 13, p.256-264, dez. 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MAZZEI, K.; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, D. G. dos. **Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer**. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 1, n. 19, p.33-43, 2007.

MILANO, M. S. **Planejamento da arborização urbana**: relações entre áreas verdes e ruas arborizadas. In: Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana. *Anais* Curitiba: FUPEF. 1990.

NOVAES, R. D.; MIRANDA, A. S.; DOURADO, V. Z. **Velocidade usual da marcha em brasileiros de meia idade e idosos**. *Rev Bras Fisioter*, São Carlos, v. 2, n. 15, p.117-122, mar. 2011.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de santa cecília (MSP). 2. ed. Curitiba: O Autor, 2008. 150 p.

NUCCI, J. C.; PRESOTTO, A. Planejamento dos espaços livres localizados nas zonas urbanas. In: SANTOS, Douglas Gomes dos; NUCCI, João Carlos. **Paisagens Geográficas**: Um tributo a Felisberto Cavalheiro. Campo Mourão: Fecilcam, 2009. p. 78-102.

OLIVEIRA, C. H. de. **Planejamento Ambiental na Cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e proposta**. 1996. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

PEREIRA, L. A. **Áreas verdes urbanas**: um estudo a partir do espaço público em Ituiutaba, Minas Gerais - Brasil. 2019. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.60>

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**: Public squares in Brazil. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 311 p.

SALGUEIRO, T. B. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; GARAIGES, Amália Inês. **Dilemas Urbanos**: Novas abordagens sobre a cidade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. Cap. 2. p. 99-104.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014b. 120 p. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014c. 132 p. (Coleção Milton Santos).

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 205 p.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOBARZO, O. A. M. **Os espaços da sociabilidade segmentada**: a produção do espaço público em Presidente Prudente. 2004. 224 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2004.

SOJA, E. **Postmetrópolis**: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

Recebido em: 28/05/2019

Aprovado para publicação em: 19/12/2019